

**A FAMÍLIA AÇORIANA NO ANTIGO REGIME:
O EXEMPLO DE SANTA BEATRIZ,
QUATRO RIBEIRAS (TERCEIRA), EM 1766**

José Damião Rodrigues *
Artur Boavida Madeira *

O presente estudo enquadra-se num projecto mais vasto de caracterização da população e da família açoriana ao longo do Antigo Regime¹. Trata-se de uma investigação que se encontra ainda em fase embrionária, pelo que os resultados são necessariamente fragmentários: em primeiro lugar, porque estamos numa fase inicial de abordagem da questão; em segundo, porque pretendemos estabelecer critérios que permitam um tratamento informático que possibilitará, futuramente, uma análise mais eficaz e mais rápida deste tipo de informação; e, por

* Assistentes do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

¹ Os primeiros resultados incidiram sobre a freguesia de São Pedro de Ponta Delgada. Cf. Artur Madeira e José Damião Rodrigues, "População e família em Ponta Delgada na segunda metade de Setecentos: a freguesia de São Pedro", *População e Sociedade*, Revista do Centro de Estudos da População e Família, Porto, N.º 2, 1996, pp. 207-228. No prelo, encontra-se um estudo do mesmo teor sobre a população e famílias das Velas e Beira, ilha de São Jorge, para o mesmo período (cf. José Damião Rodrigues, Artur Boavida Madeira, Paulo Lopes Matos, "População e família de uma vila açoriana: as Velas da ilha de S. Jorge - 1766-1799", *População e Sociedade*, Revista do Centro de Estudos da População e Família, Porto, 1999).

último, porque as características detectadas e as hipóteses avançadas ficam sujeitas a revisão em estudos posteriores. Contudo, embora provisórias, as conclusões poderão servir de base para futuras investigações, num domínio que não mereceu até ao momento uma atenção exaustiva dos historiadores dos arquipélagos atlânticos, sobretudo no que respeita aos Açores².

Santa Beatriz, orago da freguesia de Quatro Ribeiras, na ilha Terceira, é uma das povoações mais antigas da ilha, sendo uma das primeiras a ser erigida mas que, no entanto, “não curaram os descobridores de viver ali por ser terra muito fragosa e de ruim porto”³. Nos finais do século XVI, Gaspar Frutuoso descrevia assim Santa Beatriz,

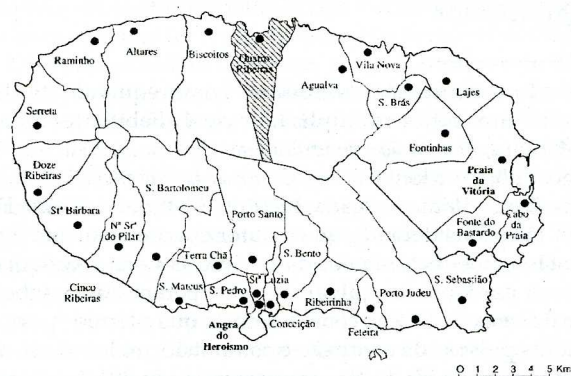
² Para permitir uma visão mais ampla da dinâmica demográfica e familiar dos arquipélagos atlânticos durante o Antigo Regime, torna-se imprescindível apostar na investigação dos inúmeros registos paroquiais, róis de confessados e comungados, numeramentos populacionais e outros. Para os Açores, veja-se, como exemplo da exploração dos registos paroquiais, Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica de três paróquias do sul do Pico (1680-1980)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, s. d.. Em termos de tratamento de numeramentos oficiais, cf., entre outros, Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vítor L. Gaspar Rodrigues, “Contributo para o estudo da população dos Açores nos finais do século XVIII”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLIX, 1991, pp. 53-101, e Artur Boavida Madeira, *População e emigração nos Açores — 1766-1820*, Trabalho de síntese apresentado à Universidade dos Açores no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997, policopiado. Deve-se, também, sublinhar o trabalho desenvolvido por vários investigadores, no âmbito do projecto “Informatização Normalizada de Arquivos”, sob coordenação da Prof. Norberta Amorim, que visa um levantamento exaustivo dos registos paroquiais e posterior reconstituição de paróquias. Neste contexto, cf., entre outros, Maria Hermínia Morais Mesquita, “A reconstituição de paróquias e o estudo dos comportamentos demográficos. O exemplo de uma paróquia açoriana: Criação Velha (1801-1993)”, *Boletim da ADEH*, Vol. XVI-1, 1998, pp. 275-296.

³ Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, 2ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978, pp. 8-9 e 61.

“das Quatro Ribeiras, que estão perto dela, e tem somente vigairo e quarenta vizinhos, que foi a primeira igreja freiguesia que se fez nesta ilha, onde os da Praia, ao principio da povoação da dita ilha, vinham ouvir missa, sempre ao longo do mar, caminho mais de três léguas. A costa brava desta freiguesia será de uma légua em comprido, com uma baía, junto da qual estão três moinhos que servem a todas estas freiguesias[...]. É freiguesia muito fresca de águas, por ter quatro ribeiras de água fresca e fria, das quais três continuamente correm. É toda a terra fresca e pendurada de outeiros e vales”⁴.

Actualmente, Santa Beatriz, freguesia das Quatro Ribeiras, assente sobre rocha, à beira do mar, pertence ao concelho da Praia da Vitória e apresenta uma dimensão espaço-administrativa de 13,09 km² (3,3% da área territorial da ilha Terceira).

Mapa 1. A ilha Terceira e a freguesia das Quatro Ribeiras



⁴ *Idem*, pp. 38-39. Tendo em atenção a sua reduzida dimensão populacional, em 1568 foi atribuída ao vigário uma cômputa de apenas 20 000 réis como seria usual em igrejas pequenas (cf. Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 286).

Em finais de Quinhentos, será de considerar, nesta freguesia, pouco atractiva em termos de produtividade agrícola, uma população de cerca de 160 habitantes⁵. Contudo, mais tarde, em finais do século XVII, haveria aí 82 fogos que albergavam 304 “pessoas”, numa relação de 3,7 habitantes/fogo, a que corresponde um crescimento médio anual de 0,7%⁶.

Relativamente à primeira metade do século XVIII, não dispomos ainda de dados para as Quatro Ribeiras, nem para as ilhas em geral, uma vez que as fontes de informação sobre quantitativos da população são escassas e assentam, sobretudo, nos registos paroquiais e róis de confessados e comungados que a igreja ia produzindo com alguma regularidade mas que ainda não mereceram um tratamento e divulgação convenientes. No que respeita à população, e como exemplo dessa falta de informação, o Padre António Cordeiro, na *História Insulana*, quando se debruça sobre a Terceira em 1715 e, particularmente, sobre Santa Beatriz, acaba, inexplicavelmente, por recorrer aos dados apresentados por Gaspar Frutuoso que, como vimos, foram produzidos em finais de Quinhentos⁷.

⁵ Considerando a expressão “vizinhos” como equivalente de “fogos” e aplicando-lhe um índice multiplicador de 4 (habitante/fogo). Cf. Artur Boavida Madeira, *População e emigração nos Açores...*, ob. cit., pp. 18-23.

⁶ Cf. Frei Agostinho de Montalverne, *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. III, 1962, p. 115. Considerando que o autor era um elemento ligado à igreja local de então e que recorreu aos dados que as várias paróquias recolhiam sobre os seus paroquianos, julgamos estar perante uma subestimação da população de cerca de 15% ao considerarmos que o termo “pessoas” se refere unicamente às pessoas de confissão e comunhão, excluindo-se a parcela dos menores de 7 anos de idade. Se acrescentarmos às 304 “pessoas” mais 15%, obtemos uma população total de 350 indivíduos, que, numa relação com os 82 fogos, aponta para um índice de 4,3 hab./fogo, mais próximo do referente teórico apontado para a época (cf. Artur Boavida Madeira, *População e emigração nos Açores...*, ob. cit., pp. 23-27). A taxa de crescimento anual média foi calculada sobre o número de fogos.

⁷ Apesar de ser terceirense, o Padre António Cordeiro parece recorrer a fontes de informação muito afastadas no tempo. No fim do Livro IX, capítulo XVIII,

Na segunda metade de Setecentos, a quantificação dos indivíduos surge, nos Açores, com maior fiabilidade. A contabilização dos efectivos populacionais continuaria a ser feita, até 1770, dentro dos trâmites da igreja, com base nos registos paroquiais e róis de confessados e comungados. As *instruções secretíssimas* emitidas pelo Conde de Oeiras para o primeiro Capitão General, D. Antão de Almada, aquando da instauração das capitánias gerais, em 1766, são disso claro exemplo⁸. No entanto, apesar das instruções superiormente fornecidas, em Outubro de 1767, o Governador e Capitão General das ilhas dos Açores, ao enviar alguns “mapas” que deveriam ter seguido em Janeiro desse ano, queixava-se já que as relações enviadas pelos párocos “[...] se não regulava methodo com que facilmente se percebesse o calculo regular do numero dos seus habitantes[...]⁹”.

onde refere que, no que respeita à Terceira, a análise foi feita em 1715, acaba por apresentar os mesmos 40 “vizinhos” que Gaspar Frutuoso atribuiu, em finais do século XVI, a Santa Beatriz. Parece-nos que a qualidade de informação fornecida exige uma aturada reflexão, em termos de qualidade e quantidade, porque o autor poderá ter redigido esta obra, provavelmente, longe do meio insular. Cf. Padre António Cordeiro, *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, ed. fac-similada da edição de 1717, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1991, pp. 254 e 520.

⁸ O Códice 529 do Arquivo Histórico Ultramarino: a capitania-geral dos Açores durante o consulado pombalino, introdução e fixação de texto de José Guilherme Reis Leite, Sec. Regional da Educação e Cultura/Direcção Reg. dos Assuntos Culturais/Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, 1988, pp. 43-44. Estas indicações são repetidas na Carta Régia, de 2 de Agosto de 1766, para o Bispo de Angra (*Idem*, p. 89).

⁹ Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Açores, caixa 6, doc. 15, ofício de D. Antão de Almada, Governador e Capitão General das ilhas dos Açores, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as relações de habitantes, 30 de Outubro de 1767. Se observarmos, também, o que se passa em S. Jorge, relativamente aos valores de 1769, deparamos com uma diversidade de relatórios por parte dos vários párocos que não se ajustam igualmente às indicações preconizadas (cf. AHU, Açores, caixa 7, doc. 15, de 6 de Agosto de 1770, sobre as relações de habitantes das ilhas Terceira, S. Miguel, Faial, S. Jorge, Graciosa, Flores e Corvo em 1769).

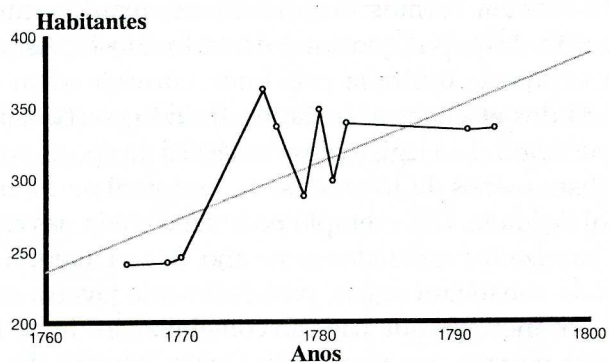
Em 1771, deparamos, no entanto, com uma novidade metodológica, introduzida nos “mapas” oficiais de 1771, que consiste na elaboração de arruamentos, ou seja, de inquéritos feitos casa a casa, realizados por autoridades civis, com o intuito de ultrapassar as falhas apresentadas pelas listas fornecidas pelos párocos¹⁰.

A partir de então, passam a ser efectuados, por oficiais designados para o efeito, inquéritos que visavam recolher, nas diferentes circunscrições, os valores respeitantes ao total de habitantes, assim como os totais de baptismos e óbitos que anualmente aí se registavam, estes últimos baseados nos *registos paroquiais*. Parece-nos, pois, manifesta a preocupação por parte do Estado em assegurar, com a máxima precisão, a recolha anual dos dados do movimento da população, criticando mesmo aqueles que eram apresentados pelos párocos¹¹. Estaríamos assim perante autênticos censos civis elaborados dentro de critérios modernos. Fica-nos, no entanto, a interrogação sobre a capacidade das instituições civis conseguirem dar resposta adequada às solicitações sobre os levantamentos estatísticos. Sobressai, pelo menos, a intenção de rigor que presidiu à elaboração de tais numeramentos.

¹⁰ Ofício de Martinho Melo e Castro para D. Antão de Almada, Palácio da Ajuda, 1 de Julho de 1771, publicado em *O Códice 529 ...*, *ob. cit.*, p. 209-210.

¹¹ Esta iniciativa possivelmente encontra enquadramento na política implementada pela Intendência-Geral da Polícia no intuito de elaborar um levantamento geral do Reino em 1771 (cf. Fernando de Sousa, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, 2 vols., dissertação de doutoramento, Universidade do Porto, Porto, 1979, policopiado, pp. 31-37). Note-se também que nesse ano foi elaborada legislação que enquadra as ilhas dos Açores como parte da metrópole, o que poderá ter servido de argumento para a adopção de novas medidas que se integravam no todo nacional (cf. *O Códice 529 ...*, *ob. cit.*, p. 10).

Gráfico 1. Evolução da população de Santa Beatriz na segunda metade do século XVIII



É esta alteração na forma de recolha da informação que dita o salto evolutivo registado entre 1770 e 1776, em que os efectivos das Quatro Ribeiras passam de 245 para 362 indivíduos, correspondente a uma taxa de crescimento anual médio de 6,7%. A inclusão dos “menores” passa a dar uma imagem mais real do que se passaria então em termos populacionais. Em 1766, a população desta freguesia — 239 “pessoas de comunhão”¹² — encontrava-se distribuída por quatro áreas, em 71 fogos, equivalente a uma densidade populacional de 18,3 hab./km²:

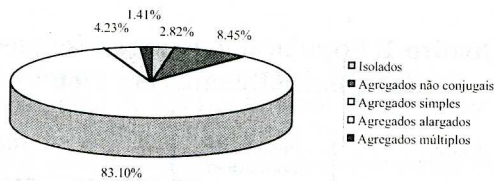
Quadro 1: População e fogos na freguesia das Quatro Ribeiras em 1766

ÁREA	Pessoas de comunhão	Fogos	Hab/fogo
Bairro Alto	20	6	3,3
Caminho do Bom Jesus	50	14	3,6
Canada da Vista	70	25	2,8
Caminho da Igreja	99	26	3,8
TOTAL	239	71	3,4

¹² Existe um erro de contagem de uma unidade.

Como vimos acima, a informação fornecida pela fonte — produzida pelo vigário Manuel Cardoso Serpa (27 de Julho de 1767) — é, em termos demográficos, insuficiente para a caracterização da população total desta freguesia. As *personas de comunhão*, expressão utilizada pela fonte, correspondem apenas a uma parcela dos efectivos aí sediados, ficando por contabilizar os *menores* que, segundo a legislação eclesiástica da época, eram todos os que tinham menos de 12 anos (sexo feminino) ou 14 anos (sexo masculino) de idade. Um exemplo pode ser colhido nas referências feitas aos baptizados realizados nesse ano, na sua maioria relativos a fogos onde coabitam casais, provavelmente jovens, sem filhos ou com filhos menores que não são contabilizados neste relatório. Esta situação, permite-nos, no caso das Quatro Ribeiras, desvalorizar o peso de algumas unidades domésticas (3a) e, em contrapartida, sublinhar a importância dos casais com filhos (3b). É, portanto, de supôr que estamos perante famílias mais numerosas do que aquelas que nos são apresentadas pela fonte¹³. Somente um tratamento mais exaustivo dos registos paroquiais, num cruzamento com este e outros róis, possibilitará uma melhor compreensão deste fenómeno¹⁴.

Gráfico 2. Estrutura da população em Santa Beatriz, Quatro Ribeiras, em 1766



¹³ Os casais sem filhos deverão ser considerados 19 e, em contrapartida, os casais com filhos passam a ser 32.

¹⁴ Só assim será possível determinar em que medida a estrutura familiar é uniforme ou varia de ilha para ilha e estabelecer, com segurança, as características gerais do modelo demográfico açoriano.

A estrutura familiar mais comum com que deparamos em Santa Beatriz era, sem dúvida, a do agregado simples (tipo 3), com 83% dos fogos, sobressaindo os casais com e sem filhos que representam 72% do total de fogos das Quatro Ribeiras.

Quadro 2: Os fogos da paróquia de Santa Beatriz em 1766¹⁵

TIPOS	1766	
	Nº Fogos	%
1 (Isolados)	2	2.82
1a (viúvo(a)s)	1	1.41
1b (solteiro(a)s)	1	1.41
2 (Agregados não conjugais)	6	8.45
2a (irmãos)	3	4.23
2b (outros parentes)	3	4.23
2c (estrutura familiar indeterminada)	0	0.00
3 (Agregados simples)	59	83.10
3a (casal sem filhos)	28	39.44
3b (casal com filhos)	23	32.39
3c (viúvos com filhos)	2	2.82
3d (viúvas com filhos)	6	8.45
3e (solteiras com filhos)	0	0.00
4 (Agregados alargados)	3	4.23
4a (alargamento ascendente)	1	1.41
4b (alargamento descendente)	0	0.00
4c (alargamento colateral)	2	2.82
4d (combinações 4a-4c)	0	0.00
4e (alargamento ascendente e descendente)	0	0.00
4f (alargamento colateral e descendente)	0	0.00
5 (Agregados múltiplos)	1	1.41
5a (unidade secundária ascendente)	0	0.00
5b (i) (unidade secundária descendente masc.)	0	0.00
5b (ii) (unidade secundária descendente fem.)	1	1.41
5c (unidade secundária lateral)	0	0.00
5d (Frêreche)	0	0.00
5e (outras combinações)	0	0.00
6 (Indeterminados)	0	0.00
TOTAL	71	

¹⁵ Utilizamos aqui a tipologia formulada por Peter Robert Laslett, com adaptações de Rowland e sugestões nossas. Ver, *supra*, nota 1.

Se considerarmos as informações respeitantes aos baptizados, passarão a ser os grupos domésticos de tipo 3b a predominar — 45,1%. Apesar dessa alteração no essencial, a estrutura familiar de Santa Beatriz permaneceu inalterada: predominam largamente as células de tipo simples, face a um reduzido número de agregados domésticos de tipo complexo (tipos 4 e 5), que representam apenas 5,6% dos fogos registados¹⁶.

Para concluir a nossa análise relativamente à tipologia dos fogos e sua composição, devemos ainda referir, por um lado, a questão da articulação entre a estrutura socio-económica local e a composição das unidades domésticas e, por outro, o peso dos núcleos compostos unicamente por parentes no quadro estudado.

Em relação à primeira questão, devemos, desde já, referir que a fonte por nós estudada não permite uma análise aprofundada do problema. De facto, a ausência sistemática de registo do ofício do cabeça do casal impede-nos de avaliar correctamente o nexos entre a estrutura familiar e o que designaríamos por “profissão”. Apenas são explicitamente referenciados na fonte utilizada os eclesiásticos (cinco, três dos quais residindo em casa de seus pais), os oficiais das milícias (um capitão e um alferes¹⁷) — neste caso, trata-se, antes

¹⁶ Destes, registe-se a situação do fogo 5 (ver Anexos), de tipo 5b (ii), que inclui dois casais coabitando sob o mesmo tecto — um, composto pelo pai e a mãe; o outro, pela filha, o seu marido (genro do cabeça do fogo) e a descendente destes dois.

¹⁷ O capitão Domingos Coelho Godinho e o alferes Narciso Coelho da Costa seriam, nas décadas de 1750 e 1760, as figuras mais importantes do lugar das Quatro Ribeiras. O primeiro, para além de rendeiro do padre Inácio Teixeira, surge em diversas reuniões na câmara da Praia para tratar de assuntos de interesse público com outros oficiais e pessoas, moradores na vila e no termo. Cf. Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (BPAAH), *Arquivo da Câmara da Praia da Vitória*, Secção B/A, *Livro de Acórdãos (1757-1767)*, fls. 34 v-35 (6 de Julho de 1757), 51 v-53 v (16 de Setembro de 1757), 58 v-60 (10 de Dezembro de 1757) e 89 v (5 de Agosto de 1758). Quanto ao segundo, surge a integrar a governança da vila da Praia em 1763, como procurador do concelho. Cf. Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, Vol. I: *Poderes e Instituições*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 218-219, Quadro N° 8.

de mais, de uma referência ao *status* daqueles que, pela posse de um cargo honorífico, pertenciam à elite local — e os mancebos (apenas dois). A estes, haveria que acrescentar os portadores do título de “Dom” ou “Dona”, importantes sinais de diferenciação social no contexto de uma sociedade rural e marcadamente hierarquizada: em Santa Beatriz, em 1766, foram registados cinco fogos em que existiam “Donas”, nenhum coincidente com os anteriormente referidos. Acrescentemos igualmente que uma correcta leitura das conexões entre a dimensão do fogo e a estrutura social e económica só poderá ser efectuada mediante o recurso a outras fontes (notariais e testamentárias), pelo que devemos ter presente os limites da presente análise.

Assim, com base neste pequeno conjunto de fogos, e perante a impossibilidade de generalizações, sublinhemos, desde já, que, nos casos acima referidos, estamos perante alguns dos agregados domésticos mais numerosos de Santa Beatriz, destacando-se os núcleos familiares encabeçados por Lourenço Nunes Coelho (fogo 70), com onze co-residentes, um deles o seu filho Francisco Nunes, padre; o do capitão Domingos Coelho Godinho (fogo 68), com oito moradores¹⁸; e o de António Fernandes da Costa (fogo 51), com sete co-residentes, um dos quais filho do cabeça de casal e clérigo de ordens menores. No entanto, o fogo de maior dimensão era aquele encabeçado pela viúva Rosa Catarina (fogo 67), com doze componentes, não havendo, porém, nenhuma indicação de *status* ou de ocupação relativamente aos seus elementos¹⁹.

¹⁸ O capitão Domingos Coelho Godinho casou com Francisca Mariana da Anunciada a 8 de Janeiro de 1742, sendo testemunhas o capitão Mateus Lourenço Coelho e Bento Godinho da Costa. Cf. BPAAH, Secção I, Sub-secção B, divisão 8, colecção b, Quatro Ribeiras, *Casamentos (1733-1796)*, Livro 2, fl. 17 v.

¹⁹ Rosa Catarina será, provavelmente, a viúva de Tomás Lourenço Coelho, membro de uma das famílias mais importantes das Quatro Ribeiras, o que poderá ser confirmado através da pesquisa nos livros de registo de baptismos de Santa Beatriz. O casamento entre Tomás Lourenço Coelho e Rosa Catarina realizou-se a 8 de Janeiro de 1736 e os noivos eram parentes em 3º e 4º graus de consanguinidade. Cf. BPAAH, Secção I, Sub-secção B, divisão 8, colecção b, Quatro Ribeiras, *Casamentos (1733-1796)*, Livro 2, fl. 6 v.

Por outro lado, verificamos que alguns destes fogos apresentam baixos valores de coresidência no ano considerado: o do cura José Caetano (fogo 71), que habitava só; o do mancebo António Fernandes (fogo 14), que residia com a esposa, mas acabara de baptizar uma filha — o que sugere estramos perante um casal em início de percurso conjugal —; e o de Plácido Martins de Sousa (fogo 30), casado com D. Catarina Josefa, sendo ambos os únicos elementos do agregado. O que estes dados revelam é, pois, a impossibilidade de estabelecermos uma correlação directa entre a dimensão do fogo, por um lado, e a posição social e riqueza dos seus ocupantes, por outro: nem todos os agregados compostos por pessoas da elite local se encontram entre aqueles com maior número de ocupantes.

Relativamente aos fogos para os quais dispomos de informações complementares quanto à ocupação ou fontes de receitas dos seus elementos, verificamos que o fogo 13, de tipo 2b, encabeçado por António Machado Godinho, rendeiro do morgado Alexandre Bento e do padre Inácio Teixeira, de Angra²⁰, comportava seis coresidentes, dois dos quais fâmulos; o fogo 17, de tipo 4c, que tinha como cabeça de casal João do Couto Godinho, também ele rendeiro de um morgado de Angra, incluía 4 moradores²¹; e, por fim, o fogo 36, de tipo 3c, chefiado por Luís Coelho de Melo, que servira como juiz do limite das Quatro Ribeiras²², tinha somente como residentes o próprio cabeça do casal, viúvo, e um filho. Em pesquisa na documentação camarária, encontrámos referências a um terceiro rendeiro, Filipe Nunes, filho de Lourenço Nunes Coelho, que pagava anualmente dois moios de trigo de renda ao padre Inácio Teixeira²³. Neste caso, porém, Filipe Nunes residia com os pais e irmãos, num fogo, já referido,

²⁰ Cf. BPAAH, *Arquivo da Câmara da Praia da Vitória*, Secção B/A, *Livro de Acórdãos* (1757-1767), fls. 124-124 v (30 de Junho de 1759).

²¹ *Ibidem*. João do Couto Godinho pagava 40 alqueires de trigo ao morgado Luís Boaventura.

²² *Idem*, fls. 118-118 v (31 de Março de 1759).

²³ *Idem*, fl. 279 v (20 de Julho de 1766).

que era o segundo maior da freguesia no ano de 1766. Como este fogo incluía dois fâmulos e uma escrava, a situação material da família estaria acima da média e o facto de Filipe Nunes surgir como rendeiro deverá entender-se como uma possível situação de acesso ao mercado da terra, tornando-se rendeiro e realizando, por sua vez, sub-arrendamentos, situação que se desenvolve cada vez mais ao longo do século XVIII²⁴.

Os exemplos agora apontados, com tipos de fogos distintos e de desigual dimensão, alertam-nos não apenas para a necessidade de cruzarmos os róis com outras fontes, mas ainda para o facto de cada rol constituir um “instantâneo fotográfico” da freguesia em análise. Isto significa que devemos ter o maior cuidado na apresentação dos resultados quando, por exemplo, trabalhamos um ano isolado, como no presente caso. De facto, porque a família é uma realidade dinâmica e multi-facetada, o cruzamento de fontes e o recurso, sempre que possível, a análises longitudinais, isto é, ao longo de vários anos, seguindo a mudanças ocorridas nos fogos — relacionadas com o ciclo de vida dos seus ocupantes —, deve ser praticado. Infelizmente, para Santa Beatriz, o rol de 1766 é, de momento, o único exemplar conhecido²⁵.

No que respeita aos fogos compostos unicamente por parentes, podemos verificar que estes predominam claramente: num total de 71 fogos, apenas sete (9,9%) incluem outras pessoas

²⁴ Sobre esta questão, ver, entre outros, Jesús García Fernández, “Formas de explotación”, in AAVV, *La Economía Agraria en la Historia de España. Propiedad, Explotación, Comercialización, Rentas*, Madrid, Alfaguara-Fundación Juan March, 1979, pp. 189-210 e Ángela Atienza López e Eliseo Serrano Martín, “La propiedad de la tierra en España en la Edad Moderna: propuestas para un debate”, in Esteban Sarasa Sánchez e Eliseo Serrano Martín (eds.), *Señorio y Feudalismo en la Península Ibérica (Ss. XII-XIX)*, Zaragoza, Institución «Fernando el Católico», 1993, Vol. I, pp. 197-221.

²⁵ Com base no presente estudo, poderão ser posteriormente aprofundadas algumas questões, através do recurso aos registos paroquiais, aos livros de notas de tabeliães e aos testamentos, depositados na Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo.

para além dos parentes consanguíneos ou por afinidade. Quais eram os agregados que incluíam coresidentes sem laços de parentesco com os restantes elementos? O de Rosa Catarina; já citado, com dois fâmulos; o de Lourenço Nunes Coelho, igualmente referido, com dois fâmulos e uma escrava; o de António Machado Godinho (fogo 13), de seis elementos, com dois fâmulos; o do vigário Manuel Cardoso Serpa (fogo 44), com apenas um fâmulos; e o do alferes Narciso Coelho da Costa (fogo 66), da governança da Praia, com dois fâmulos e uma fâmula; o de Vicente Martins (fogo 58), com um fâmulos; o de Domingos Coelho Godinho (fogo 68), com dois fâmulos. Em suma, estamos perante um reduzido grupo de fogos que pensamos podem ser incluídos entre os que compunham a elite local, pois, numa época em que os recursos eram escassos para a maioria da população e a unidade doméstica era também uma unidade económica, apenas os possidentes poderiam albergar em suas casas bocas extra-familiares para alimentar.

Para encerrar a nossa breve análise, façamos referência a uma realidade que caracteriza o espaço em estudo (Quatro Ribeiras), não lhe sendo exclusiva, e que o rol examinado não permite detectar. Alguns dos matrimónios realizados nos anos de 1730 pela família Coelho são consanguíneos, unindo entre si troncos paralelos que começavam a divergir. Um dos casos conhecidos é o casamento de Lourenço Nunes Coelho e Antónia Teresa (fogo 70), celebrado a 24 de Janeiro de 1735. Os nubentes eram parentes em 2º e 3º graus de consanguinidade, por um tronco, e em 3º grau de consanguinidade, por outro²⁶. Para além deste e do matrimónio celebrado entre Tomás Lourenço Coelho e Rosa Catarina²⁷, registamos ainda o casamento realizado a 3 de Maio de 1736 entre o capitão Mateus Lourenço Coelho, filho de Domingos Coelho e irmão de Domingos Coelho Godinho (fogo

²⁶ Cf. BPAAH, Secção I, Sub-secção B, divisão 8, colecção b, Quatro Ribeiras, *Casamentos (1733-1796)*, Livro 2, fl. 5.

²⁷ Ver, *supra*, nota 19.

68), e Margarida do Espírito Santo, filha de Mateus Nunes Coelho e irmã de Lourenço Nunes Coelho (fogo 70). Neste caso, os noivos eram parentes em 2º e 3º graus de consanguinidade²⁸. Estas informações, recolhidas na rica documentação paroquial, vêm completar o quadro fornecido pelo rol e ilustram um dos caminhos a seguir, por via do cruzamento nominativo de fontes. A intersecção dos róis com os registos de baptismos, casamentos e óbitos permitirá completar com uma leitura longitudinal os “instantâneos” fornecidos pelos cadernos da desobriga pascal e, simultaneamente, estabelecer os laços de parentesco entre os diferentes fogos de uma comunidade.

Em conclusão, do que ficou sumariamente exposto sai reforçada a ideia de que, durante o Antigo Regime, a família nuclear constituía a base da organização social. Não descuramos a hipótese de algumas freguesias açorianas apresentarem outras formas de organização familiar, mas, em termos globais, acreditamos que deverá ser sublinhada a predominância das estruturas simples e da família restrita. A tese de que a industrialização e a urbanização, apontadas por alguns autores como condicionantes da evolução familiar, foram os principais factores de desagregação da família extensa, conduzindo à sua nuclearização, não se adequa à realidade açoriana, como, de resto, não se adapta a muitas regiões da Europa²⁹. Porque os modelos seguiam, maioritariamente, a tendência nacional, senão europeia, julgamos, no caso das Quatro Ribeiras, estar perante as características dominantes da estrutura familiar açoriana de Antigo Regime.

²⁸ Cf. BPAAH, Secção I, Sub-secção B, divisão 8, colecção b, Quatro Ribeiras, *Casamentos (1733-1796)*, Livro 2, fl. 7.

²⁹ Para uma síntese da produção científica referente à “génese da família moderna” no quadro do processo da transição demográfica, ver, por todos, Mário Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 17-136. Para os Açores, ver os trabalhos citados na nota 1.

Anexo: Constituição dos fogos em Santa Beatriz (1766)

Fogo n°	Tipo	Cabeça (=1)	Nome	Sexo	Estado civil	Relação	Profissão	Observações
1	3a	1	Manuel Vieira Borba	m	c			
1		0	Vicência Inácia	f		mulher		
2	2a	1	Francisco Machado	m	s			
2		0	Jacinta Inácia	f		irmã		
2		0	Inácio Godinho	f		irmão		
3	3b	1	António Alvares Ourique	m	c			
3		0	Maria do Nascimento	f		mulher		
3		0	Maria dos Anjos	f		filha		
3		0	Francisco	m		filho		
3		0	Rosa	f		filha		
4	3b	1	Francisco Alvares	m	c			
4		0	Antónia Brites	f		mulher		
4		0	André	m		filho		
5	5b(ii)	1	Domingos Barros	m	c			c/ baptizado de Maria
5		0	Maria de Santo Amaro	f		mulher		
5		0	Manuel Godinho	m	c	genro		
5		0	Francisca de Santo António	f	c	filha		
5		0	Rosa	f		neta		
6	3a	1	João Lourenço de Abril	m	c			
6		0	Rosa Mariana	f		mulher		
7	3a	1	António Machado Gomes	m	c			
7		0	Francisca Mariana	f		mulher		
8	3b	1	Domingos Gato	m	c			
8		0	Rosa Maria	f		mulher		
8		0	José	m		filho		
9	3a	1	Francisco Vieira Borba	m	c			c/ baptizado de Rosa
9		0	Maria de Jesus	f		mulher		
10	3a	1	Francisco Machado Caldeira	m	c			c/ baptizado de José
10		0	Bernarda de Jesus	f		mulher		
11	3d	1	Maria Antónia (D.)	f	v			
11		0	Vital Romeiro	m		filho		
11		0	Jacinto Romeiro	m		filho		
11		0	Francisco Romeiro	m		filho		
11		0	Catarina (D.)	f		filha		
11		0	Felicia (D.)	f		filha		
12	3a	1	Francisco Ferreira	m	c			c/ baptizado de Manuel
12		0	Beatriz de São José	f		mulher		
13	2b	1	António Machado Godinho	m	s			† Francisco Machado Godinho (92 anos)
13		0	Maria de Santo António	f		irmã		

A FAMÍLIA AÇORIANA NO ANTIGO REGIME

Fogo n°	Tipo	Cabeça (=1)	Nome	Sexo	Estado civil	Relação	Profissão	Observações
13		0	Rosa Catarina	f		irmã		
13		0	Bárbara de Jesus	f		sobrinha		
13		0	Elizardo Machado	m		fâmulo		
13		0	António	m		fâmulo		
14	3a	1	António Fernandes	m	c		mancebo	c/ baptizado de Maria
14		0	Vitória dos Anjos	f		mulher		
15	3b	1	Manuel Lourenço	m	c		mancebo	2º casamento
15		0	Francisca dos Santos	f		mulher		
15		0	Catarina dos Anjos	f		enteada		
15		0	Maria dos Anjos	f		enteada		
15		0	Josefa	f		enteada		
16	3b	1	Manuel de Lourenço Mendes	m	c			
16		0	Mariana Rosa (D.)	f		mulher		
16		0	Vicência Rosa (D.)	f		filha		
16		0	Ana (D.)	f		filha		
17	4c	1	João do Couto Godinho	m	c			
17		0	Maria dos Anjos	f		mulher		
17		0	Joana Inácia	f		filha		
17		0	João Homem	m		cunhado		
18	3b	1	Mateus Rodrigues	m	c			
18		0	Catarina dos Anjos	f		mulher		
18		0	Salvador	m		filho		
19	3b	1	Catarina Antónia	f	v			
19		0	Francisco Martins Godinho	m		filho		
19		0	Rosa Josefa	f		filha		
19		0	Luzia	f		filha		
19		0	Rosa da Ascensão	f		enteada		
20	3b	1	Francisco Machado Vieira	m	c			
20		0	Maria de São João	f		mulher		
20		0	Francisca Mariana	f		filha		
20		0	José Machado	m		filho		
21	3d	1	Engrácia de Jesus	f	v			
21		0	António	m		filho		
22	3a	1	André Godinho	m	c			
22		0	Beatriz de Santo António	f		mulher		
23	3a	1	António Pereira	m	c			
23		0	Maria do Nascimento	f		mulher		
24	3a	1	João Coelho	m	c			c/ baptizado de Mateus
24		0	Francisca Mariana	f		mulher		

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES / ARTUR BOAVIDA MADEIRA

Fogo n°	Tipo	Cabeça (=1)	Nome	Sexo	Estado civil	Relação	Profissão	Observações
25	4a	1	José Lourenço	m	c			
25		0	Ana Josefa	f		mulher		
25		0	Visula do Espírito Santo	f		mãe		
26	3d	1	Beatriz Godinho	f	v			
26		0	Francisco Alvares Pinheiro	m		filho		
27	3a	1	Salvador Lucas	m	c			
27		0	Mariana de São José	f		mulher		
28	3a	1	João Ferreira	m	c			
28		0	Rosa Felícia	f		mulher		c/ baptizado de Miguel
29	3b	1	Manuel Ferreira d'Ormonde	m	c			
29		0	Beatriz da Trindade	f		mulher		
29		0	Mónica (D.)	f		filha		
29		0	Francisco Ferreira	m		filho		
30	3a	1	Plácido Martins de Sousa	m	c			
30		0	Catarina Josefa (D.)	f		mulher		
31	3d	1	Isabel da Trindade	f	v			
31		0	Francisco Lucas	m		filho		
31		0	José Martins	m		filho		
31		0	Delfina de São José	f		filha		
31		0	Joana Inácia	f		filha		
32	2b	1	Filipe Martins	m	s			
32		0	Antónia	f		sobrinha		† António Martins (72 anos) e † Joana da Trindade (73 anos)
33	3d	1	Bárbara de Jesus	f	v			
33		0	Maria de Jesus	f		filha		
33		0	João Machado	m		filho		
33		0	Francisca Josefa	f		filha		
34	3a	1	Vicente Coelho	m	c			
34		0	Maria Santa	f		mulher		
35	3b	1	Francisco Alvares Ourique	m	c			c/ baptizado de Francisco
35		0	Antónia Caetana	f		mulher		
35		0	Genoveva	f		filha		
36	3c	1	Luis Coelho de Melo	m	v			† Apolónia dos Santos (67 anos)
36		0	José Coelho	m		filho		
37	3a	1	Venceslau da Costa	m	c			
37		0	Inês Catarina	f		mulher		

A FAMÍLIA AÇORIANA NO ANTIGO REGIME

Fogo n°	Tipo	Cabeça (=1)	Nome	Sexo	Estado civil	Relação	Profissão	Observações
38	3a	1	Manuel Gonçalves	m	c			
38		0	Apolónia Vicência	f		mulher		
39	3b	1	Francisco Rodrigues	m	c			
39		0	Margarida do Espírito Santo	f		mulher		
39		0	Francisca Joaquina	f		filha		
39		0	Antónia Josefa	f		filha		
39		0	Rosa	f		filha		
39		0	Joana	f		filha		
39		0	José	m		filho		
40	3b	1	Manuel Machado da Rosa	m	c			
40		0	Francisca dos Anjos	f		mulher		
40		0	Maria	f		filha		
41	3a	1	António Machado de Azevedo	m	c			
41		0	Visula da Trindade	f		mulher		
42	3b	1	João Martins	m	c			
42		0	Beatriz Antónia	f		mulher		
42		0	Joana	f		filha		
43	3d	1	Maria de São Francisco	f	v			
43		0	Vicente Machado	m		filho		
43		0	Joana	f		filha		
44	2b	1	Manuel Cardoso Serpa	m	s		Vigário	
44		0	Luzia Rosa	f		mãe		
44		0	António José	m		irmão		
44		0	Matias José	m		irmão		
44		0	Mateus	m		fâmulo		
45	2a	1	Maria Antónia	f	s			
45		0	Catarina dos Anjos	f		irmã		
46	3b	1	Manuel Fernandes da Costa	m	c			
46		0	Brígida Maria	f		mulher		
46		0	João Fernandes	m		filho		
47	3b	1	Francisco Pereira	m	c			
47		0	Francisca Mariana	f		mulher		
47		0	Teresa Joaquina	f		filha		
48	3b	1	Brás Martins	m	c			
48		0	Maria Antónia	f		mulher		
48		0	António Martins	m		filho		
48		0	Caetano Martins	m		filho		
49	3a	1	António Lourenço	m	c			
49		0	Teresa Antónia	f		mulher		

Fogo n°	Tipo	Cabeça (=1)	Nome	Sexo	Estado civil	Relação	Profissão	Observações
50	3a	1	Sebastião Vieira	m	c			c/ baptizado de João
50		0	Rosa Catarina	f				
51	3b	1	António Fernandes da Costa	m	c			
51		0	Maria Inácia	f		mulher		
51		0	António José	m		filho	Clérigo	in minoribus
51		0	Josefa Mariana	f		filha		
51		0	Cecília	f		filha		
51		0	João ??	m		filho		
51		0	Manuel	m		filho		
52	1a	1	Maria do Espírito Santo	f	v			† Manuel Vieira (82 anos)
53	3a	1	Caetano Vieira	m	c			
53		0	Margarida da Ascensão	f		mulher		
54	3b	1	Manuel Coelho	m	c			
54		0	Luzia da Conceição	f		mulher		
54		0	Pedro Coelho da Rocha	m		filho		
55	3b	1	João Dias Ourique	m	c			
55		0	Sebastiana do Rosário	f		mulher		
55		0	José Dias	m		filha		
55		0	Matias Vieira	m		filho		
55		0	Perpétua Rosa	f		filha		
55		0	Joana Inácia	f		filha		
56	3a	1	Francisco Martins	m	c			
56		0	Antónia Catarina	f		mulher		
57	3a	1	Amaro Vieira	m	c			c/ baptizado de Joaquina
57		0	Apolónia Josefa	f		mulher		
58	2a	1	Vicente Martins	m	s			
58		0	Vitória dos Anjos	f		irmã		
58		0	Rosa Josefa	f		irmã		
58		0	Francisco	m		fâmulos		
59	3a	1	Manuel Vieira	m	c			
59		0	Joana do Espírito Santo	f		mulher		
60	3b	1	Guilherme Coelho	m	c			
60		0	Maria Narciza	f		mulher		
60		0	Manuel Coelho	m		filho		
60		0	Maria Catarina	f		filha		
61	3c	1	Bartolomeu Godinho	m	v			
61		0	Jacinta Rosa	f		filha		

ANEXO A FAMÍLIA AÇORIANA NO ANTIGO REGIME

Fogo n°	Tipo	Cabeça (=1)	Nome	Sexo	Estado civil	Relação	Profissão	Observações
62	3b	1	Agapito João	m	c			
62		0	Antónia de Brito (D.)	f		mulher		
62		0	Jacinto Lourenço	m		filho		
62		0	Manuel	m		filho		
62		0	André	m		filho		
63	3a	1	Salvador Alvares	m	c	filho		
63		0	Francisca Mariana	f		mulher		
64	3a	1	Francisco Godinho	m	c			
64		0	Rosa Jacinta	f		mulher		
65	3a	1	Francisco Vieira	m	c			
65		0	Francisca Maria	f		mulher		
66	3a	1	Narciso Coelho da Costa	m	c		alferes	
66		0	Josefa Mariana	f		mulher		
66		0	Manuel Ferreira	m		fâmulo		
66		0	Francisco Godinho	m		fâmulo		
66		0	Cecília	f		fâmula		
67	4c	1	Rosa Catarina	f	v			
67		0	André Lourenço	m		filho		
67		0	Antónia Mariana	f		filha		
67		0	Ana Maria	f		filha		
67		0	Rita Vicência	f		filha		
67		0	Genoveva	f		filha		
67		0	Francisco	m		filho		
67		0	José	m		filho		
67		0	Joana de São Pedro	f		irmã		
67		0	Matias	m		fâmulo		
67		0	José	m		fâmulo		
67		0	Matias Gonçalves	m		cunhado		
68	3b*	1	Domingos Coelho Godinho	m	c		capitão	c/ 2 fâmulos
68		0	Francisca Mariana	f		mulher	padre	
68		0	Joaquim Coelho	m		filho		
68		0	Luís da Rocha	m		filho		
68		0	Mariana	f		filha		
68		0	Ana	f		filha		
68		0	Inácio	m		fâmulo		
68		0	Narciso	m		fâmulo		
69	3a*	1	José Martins	m	c			c/ baptizado de Maria
69		0	Cecília Antónia	f		mulher		
70	3b*	1	Lourenço Nunes Coelho	m	c			c/ fâmulos e escrava
70		0	Antónia Teresa	f		mulher		

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES / ARTUR BOAVIDA MADEIRA

Fogo n°	Tipo	Cabeça (=1)	Nome	Sexo	Estado civil	Relação	Profissão	Observações
70		0	Filipe Nunes	m		filho	Padre	
70		0	João Nunes	m		filho		
70		0	Francisco Nunes	m		filho		
70		0	Lourenço Nunes	m		filho		
70		0	Ana Josefa	f		filha		
70		0	Maria Eusebia	f		filha		
70		0	João	m		fâmulo		
70		0	António	m		fâmulo		
70		0	Helena	f		escrava		
71	1b	1	José Caetano	m	s		Padre cura	